

10

Desafios para uma curadoria da vida nos museus

*Alda Heizer
Rafael Zamorano Bezerra*

O ano de 2022 foi marcado por efemérides. Duas delas nos interessam em particular: a Mesa-Redonda de Santiago do Chile (1972) e a Independência Política do Brasil (1822). Um século e meio as separam e, no entanto, algumas permanências históricas nos permitem refletir sobre a arbitrariedade das escolhas quando o assunto é curadoria em museus. Há exatos 50 anos, na cidade de Santiago, no Chile, reuniram-se representantes de diferentes países para discutirem temas como Museus, Educação, Democracia, Desenvolvimento, Território, Soberania, Integração, entre outros.

A Mesa-Redonda de Santiago aconteceu um ano antes do golpe militar naquele país, que alçou à presidência

o general Augusto Pinochet que governou de 1973 a 1990. De lá para cá, muito se falou dos limites do referido encontro, dos avanços efetivos no campo dos museus e do papel da educação nas instituições. O evento, que completou 50 anos em 2022, ainda nos permite revisitar questões que estiveram presentes no encontro chileno. Nesse sentido, iremos refletir sobre as práticas curatoriais de alguns museus de história no Brasil. São instituições marcadas, ao longo do século XX, pelo discurso colonial e, que no século XXI, vêm passando por transformações que apontam para a diversidade das experiências históricas, por meio de práticas curatoriais afinadas às críticas decoloniais e mais inclusivas em suas narrativas históricas. Porém, para tanto, precisamos reverberar sobre uma exposição realizada no bojo das comemorações de outra efeméride: a Independência Política do Brasil, em 1822.

No ano em que o Brasil celebra os 200 anos da sua independência, o governo brasileiro de extrema direita solicitou ao governo de Portugal que o coração do imperador D. Pedro I fosse trazido ao Brasil. A solicitação foi atendida, e o coração integrou a exposição *Um coração ardoroso: vida e legado de D. Pedro I*, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, sendo iniciada no dia 25 de agosto e finalizada em 4 de setembro de 2022.

O movimento em direção ao passado imperial feito pelo governo brasileiro não é inédito, assim como a relação entre museus de história e restos mortais humanos. Trata-se de uma prática social antiga, que remete a três tradições da cultura ocidental: o culto aos heróis da Antiguidade, a invenção das relíquias cristãs na Idade Média e a secularização de práticas cristãs na organização dos primeiros museus criados no âmbito da Revolução Francesa. Nesse sentido, pretende-se neste texto tecer algumas

considerações sobre aquilo que o historiador alemão Reinhart Koselleck (2011) chamou de “funcionalização dos mortos” em favor dos vivos em processos curatoriais de museus históricos brasileiros, usando como exemplo aspectos da museografia de instituições como o Museu Histórico Nacional, o Museu da República e o Museu Imperial. São instituições, apesar das suas especificidades e seus processos recentes de reformulação, marcadas por uma concepção afinada à tradição ciceroniana da história como *magistra vitae*, uma narrativa memorialista sobre ações e homens considerados exemplares para a nação, capazes de fornecer inspiração às gerações vindouras (Koselleck, 2006). Ao final e em contraponto à experiência pretérita desses museus, ressaltamos, em consonância com a nova definição de museu estabelecida pelo Conselho Internacional de Museus, o ICOM, em reunião na cidade de Praga, em 2022, intitulada *The Power of Museums*, a necessidade de ações curatoriais que apontem para a diversidade da vida. Uma curadoria em museus de história que tenha por base não a noção de cultura como sinônimo de civilização e erudição acessível a poucos; e sim a noção de cultura em que a ideia de diversidade das relações entre homens e mulheres consolida-se como força motriz, o que aponta para a pluralidade da própria noção de história.

CURADORIA: CONSIDERAÇÕES PARA ALÉM DA MONTAGEM DA EXPOSIÇÃO

Entende-se por curadoria o conjunto de atividades organicamente desenvolvidas em torno de acervos conservados em museus. São elas: formação de coleções,

estudo e documentação de coleções; preservação e organização física de unidades e coleções em reservas técnicas; bem como difusão de acervos e de conhecimentos produzidos por intermédio de seu estudo e problematização. Como observa Bruno (2008), a história dos museus testemunha o surgimento das atividades de curadoria em torno das ações de seleção, estudo, salvaguarda e comunicação de acervos. A curadoria nesse aspecto, vincula-se ao próprio processo de profissionalização nos museus, ao desenvolvimento de disciplinas específicas para o trato com acervos e à profissão de conservador. No âmbito brasileiro, o Curso de Museus criado em 1932 no organograma do Museu Histórico Nacional (MHN), fundado em 1922, veio dar origem ao que o professor Ivan Coelho de Sá considera, hoje, como a primeira geração de museólogos brasileiros (Sá, 2019).

Vânia Carneiro de Carvalho, Paulo Cezar Garcez Marins e Solange Ferraz de Lima (2021) apontam que o “ciclo curatorial” na constituição de coleções (diferentemente da curadoria tal como vem sendo definida a partir de práticas no campo da arte, em que há uma clara intenção autoral, com ênfase na especialização do curador) envolve uma cadeia de procedimentos e práticas dentro dos museus, desde a incorporação de acervo até sua difusão. Esses procedimentos e essas práticas passam pelas ações de coleta, conservação e comunicação. Embora essa cadeia seja composta por diretrizes museológicas próprias à atividade museal, também leva a especificidades determinadas pela tipologia de acervo e pela disciplina científica articulada a ela. A curadoria, pensada como processo, como sugere a museóloga Tereza Scheiner (2008), torna-se, então, uma prática coletiva e multidisciplinar, tendo em vista as diversas especialidades e os atores que atuam

em museus históricos, com laboratórios de conservação, classificação, indexação, equipes educativas, setores expográficos entre outros profissionais envolvidos nos processos curatoriais.

Tradicionalmente, os museus históricos estão vinculados a algum tipo de representação geopolítica, em que a ideia de nação é o melhor exemplo. A noção de história nacional, desenvolvida no século XIX e posta em prática pelos historiadores brasileiros, muitos dos quais vinculados aos Institutos Históricos e Geográficos, foi central no desenvolvimento das práticas curatoriais baseadas em ideários nacionalistas, nos museus históricos. Todavia, os atores locais e as próprias redes de sociabilidade nas quais os museus históricos nacionais foram construídos são circunstanciados pelas disputas típicas do discurso patrimonial. Isso pode ser observado nas diferenças entre a formação de três importantes museus históricos brasileiros, como o MHN, o Museu Paulista (MP) e o Museu Mariano Procópio (MMP). O MP, sob a direção de Afonso Taunay (de 1917 a 1945), produziu uma museografia voltada para a construção da imagem do bandeirante como elemento civilizador e do papel de São Paulo como força econômica do país (Brefe, 2003). Por sua vez, o MHN de Gustavo Barroso é marcado por um discurso militarista, saudoso da monarquia e do Rio de Janeiro Imperial e o colecionismo realizado na instituição remete a “objetos relíquias” da ação da igreja católica, do estado português, assim como ao homem público ou vulto histórico. Já o MMP, coloca em cena a rica coleção, com ênfase em objetos do período imperial, formada por Mariano Procópio, industrial e colecionador de Juiz de Fora, MG (Costa, 2011).

Os museus históricos, ao elegerem determinados personagens e acontecimentos para a produção de um discurso museal sobre o nacional, acabaram por estimular a aquisição de objetos associados à vida pública, aos vínculos com as cidades ou ainda à constituição de uma personalidade pública ou privada. A relação do ciclo curatorial com as elites nacionais e locais nos museus de história nas primeiras décadas do século XX é tema muito explorado na literatura, e destacam-se os estudos que analisam as estratégias de consagração das elites nacionais nesses espaços por meio da imortalização de suas memórias, a exemplo do célebre estudo de Regina Abreu, *A fabricação do imortal* (1996), sobre as estratégias de consagração estruturadas pela viúva de Miguel Calmon ao doar objetos de seu esposo ao MHN. Outros estudos, como os de Aline Montenegro Magalhães, Rafael Zamorano Bezerra, Mário Chagas, Miriam Sepúlveda, Alda Heizer, Carina Costa, evidenciam como os museus históricos na primeira metade do século XX tornaram-se espaços de sociabilidade e construção de capital simbólico das elites nacionais e regionais. Isso fez com que a eleição de determinados personagens e acontecimentos relevantes para a escrita da história nacional em tais instituições ficasse a cargo, muitas vezes, das relações pessoais e dos interesses particulares entre diretores e doadores.

Para finalizar este tópico, vale ressaltar que o termo “curadoria” apresenta proximidade semântica com o termo “museografia”, uma vez que esse último não se restringe ao ato da montagem da exposição. A expressão aparece já em 1727, no tratado escrito por Gaspar Friedrich Neickel, publicado em Hamburgo e relaciona-se com a escolha dos lugares mais adequados para receber uma coleção, a melhor maneira de conservá-la e, finalmente,

sobre sua classificação e organização. A museografia, desse modo, não se restringe apenas à prática no interior dos espaços museológicos, mas encontra-se vinculada à curadoria em seu sentido amplo (Poulot, 2013; Loureiro, 2008; Sá, 2019). As escolhas sobre o que é ou não musealizado, as formas de classificação, descrição, indexação e exposição produzem sentidos ao sistematizar novas e antigas informações. Tal afirmação vai ao encontro de reflexões que criticam a definição de “museografia” como uma atividade puramente técnica, operacional e aplicada em contraposição à Museologia como uma atividade teórica. Museologia e museografia constituem-se, assim, reciprocamente, um único ente disciplinar destinado a pensar e propor conceitos e operações para as ações de musealização.

MUSEUS, RELÍQUIAS E “FUNCIONALIZAÇÃO” DOS MORTOS

Os “gabinetes de curiosidades” expunham além de “seres extraordinários”, como os espécimes taxidermizados “exóticos” do Novo Mundo, corpos humanos, supostas partes de corpos de santos em forma de relíquias sagradas (Montechiare, 2020). Essas experiências que podemos chamar aqui de “necrofilia museológica” estão presentes nas práticas curatoriais dos museus modernos, em especial na valoração e exposição de restos mortais ou relacionados à morte, comumente referidos em catálogos e discursos produzidos por essas instituições como relíquias históricas ou relíquias da nação. Trata-se de uma prática de necrofilia, aqui tratada como culto aos mortos,

ou às coisas dos mortos, ou relacionados à morte, tal como utilizado por Marijara Souza Queiroz (2004).

Considera-se relíquia qualquer objeto que teve contato com algum personagem religioso, histórico ou mítico, podendo ser seus restos mortais, objetos pessoais ou até mesmo artefatos que “testemunharam” determinado acontecimento religioso ou histórico. Sua sacralidade ou aura — em termos *benjaminianos* (Benjamin, 1987) — manifesta-se, também, por contágio, de tal modo que um objeto comum ao entrar em contato com o objeto relíquia pode ser alçado ao estatuto de relíquia. No Ocidente, foi o cristianismo que, ao difundir o culto dos santos, levou as relíquias ao seu apogeu durante a Idade Média. No vocabulário religioso, relíquia é um remanescente de um corpo santo, seja o cadáver inteiro ou partes ou, ainda, objetos que tiveram contato com ele. O objeto relíquia, mesmo que seja um fragmento, carrega consigo “aquilo que resta”, isto é, presentifica determinado passado, herói, santo ou deus, tornando-o vivo, visível e palpável. Como, por exemplo, o coração de D. Pedro I, apresentado ao público na exposição supracitada, *Um coração ardoroso: vida e legado de D. Pedro I*, cuja a presença remete à própria Independência Política do Brasil.

As relíquias eram usadas como “presentes”, cujo principal propósito era a manutenção de laços de amizade e sociabilidade entre bispos e nobres durante a Idade Média. Esse intenso intercâmbio tem relação com a necessidade de sua validação. Muitas delas eram compostas por pequenos fragmentos de ossos atribuídos aos santos, pedaços de roupas, cabelos, entre outros. O que garantia a autenticidade das relíquias era a proveniência ou a história que as acompanhavam. Observa-se que as relíquias cristãs eram valoradas por meio de cartas ou

pequenos bilhetes escritos por pessoas com autoridade religiosa. Tal prática pode ser também observada nas relíquias históricas e familiares presentes em diversos museus de história, usualmente presenteadas a membros de uma mesma família, a pessoas próximas ou ligadas por laços políticos. No caso do MHN, observa-se que muitas doações de objetos familiares que datam de 1920 a 1960 são provenientes de membros das elites nacionais, como familiares de oficiais veteranos da Guerra do Paraguai, que enxergavam os antigos donos desses objetos como indivíduos naturalmente pertencentes à história nacional em razão de seus vínculos com a guerra (Bezerra, 2014). Esses objetos vinham acompanhados de cartas ou bilhetes de parentes ou autoridades certificando sua autenticidade. Essa prática, marcada pela consanguinidade e outros elementos de autoridade, aponta para dispositivos comuns na autenticação das relíquias cristãs, nos quais a autoridade religiosa ou política de quem oferta o objeto atua como certificador de autenticidade.

Outro elemento observável é o caráter de sacrifício presente no ato da doação. Muitos objetos doados aos museus são valiosas obras de arte, joias, condecorações, mobiliário nobre, enfim, objetos que foram agregados a algum tipo de valor monetário, histórico ou sentimental. As doações são interpretadas como atos de patriotismo, como dádivas ofertadas por aqueles que abrem mão desses tesouros para oferecê-los à nação e às gerações vindouras. Nesse contexto, doar relíquias ao Estado, assim como à Igreja, é uma prática privilegiada para a consagração e a perpetuação de indivíduos na história nacional ou uma forma de alcançar o reconhecimento público da fé, ou ainda alguma graça divina. Nesse aspecto, as relíquias permitem inserir seus doadores no panteão

da nação e nos espaços sagrados, pois ao serem expostas afirmam a generosidade, o patriotismo e a fé dos doadores, publicizada com a colocação de legendas ou placas em agradecimento às doações.

A consagração das relíquias efetua-se com a sua exposição ao público, por isso precisam ser preparadas para a exibição, colocadas dentro de vitrines com iluminação e legendas. No caso das relíquias cristãs, os relicários assumem a função de guardá-las e expô-las em compartimentos feitos de ouro, pedras preciosas, acompanhadas de etiquetas com explicações sobre sua origem e seu significado. No caso dos museus, é a museografia que assume a gerência dos diferentes usos museológicos desses objetos, a partir da conservação, classificação, produção de legendas, publicação de catálogos e elaboração da exposição. Por fim, são as autoridades envolvidas em sua autenticação e a atenção do público que as visitam que legitimam a invenção e a existência das relíquias.

No Brasil, a tarefa de recensear e homenagear os grandes mortos coube, principalmente, aos membros das instituições culturais e artísticas criadas durante o Império do Brasil, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), criado em 1838, que tinha como missão escrever a história nacional, auxiliar o governo imperial na definição de um projeto nacional e selecionar no passado as figuras dignas de serem lembradas.

No contexto de uma escrita da história nacional, posta em prática por historiadores do IHGB e instituições congêneres como os institutos históricos e geográficos estaduais, corroborada em projetos de museus históricos, o “homem ilustre” distingue-se do herói singular pelo fato de pertencer a uma “república de talentos”. O lugar privilegiado da produção historiográfica brasileira

permaneceu até um período avançado do século XIX marcado por um profundo elitismo, uma vez que a construção da ideia de nação não se assentou sobre uma oposição à antiga metrópole; pelo contrário, a nação brasileira se reconhecia como continuadora de certa tarefa civilizadora iniciada pela colonização portuguesa. Nesse aspecto, a memória dos “grandes homens” aparece no Brasil como um amplo empreendimento de reconciliações das elites nacionais. Sendo a história percebida como uma marcha linear e progressiva que articula passado, presente e futuro, deveriam ser selecionados homens e acontecimentos do passado para servirem de exemplos e modelos para a celebração da nação.

Caso exemplar encontramos no Museu da República (MR), instalado no Palácio do Catete no Rio de Janeiro. O local é notadamente marcado pelo episódio do suicídio do presidente Getúlio Vargas. No acervo do MR, destaca-se a Coleção Getúlio Vargas que é composta por fotografias, canetas, busto, retratos, medalhas e condecorações, objetos de uso pessoal, a máscara mortuária, o pijama e a arma usados no suicídio. A máscara mortuária é mantida em reserva técnica, dada a sua morbidez acentuada, apesar dos protestos de visitantes que “peregrinam” anualmente, no mês de agosto, ao quarto que foi cenário da morte, na data de aniversário do episódio. O quarto foi contextualizado de acordo com sua função original com poucas intervenções cenográficas. Uma vitrine expõe a arma usada no suicídio e o pijama usado por Vargas, que mantém, ainda que artificialmente, a mancha de sangue na altura do peito esquerdo. Apesar da direção do MR vir se empenhando na ressignificação do culto à morte de Getúlio, por meio de uma museografia voltada para a transição política entre o Império e a República no Brasil,

dentre outras atividades, a morte de Vargas e os objetos vinculados a esse episódio ainda chamam atenção e conduzem parte dos visitantes.

Outro museu que nos interessa, particularmente, é o MHN. Seu primeiro diretor, Gustavo Barroso, referia-se à instituição evocando expressões como “culto da pátria”, “culto da saudade”, “reliquias da pátria”, “mártires”. Barroso idealizou e dirigiu a instituição por 32 anos, imprimindo no museu uma visão de história considerada elitista e uma preocupação com a administração do passado nacional, principalmente aquele vinculado aos feitos militares e à memória dos homens ilustres da nação; “queria promover e ampliar o panteão de heróis: identificá-los, imortalizá-los e fabricar a identificação integral com eles”. Barroso seria “o guerreiro defensor das relíquias, o alferes, o chefe das milícias a quem o passado confiara a tarefa de defender a história, a nação e a tradição” (Chagas, 2009, p. 81).

A proposta museológica de Barroso foi parte de um projeto de escrita da história que disputou com outros projetos a legitimidade do passado brasileiro nos anos 1920, momento em que políticos e intelectuais da Primeira República (1889-1930) usaram as comemorações do centenário da Independência como estratégia que visava a construir seus ideais de nação. Ao analisar as ações de Barroso no MHN, identificam-se as relações entre a escrita da história produzida na instituição e a obra de Francisco Adolfo de Varnhagen, que interpretou a história do Brasil colonial de forma a afirmar, claramente, a superioridade do branco sobre os índios e negros, bem como da civilização europeia sobre a “barbárie” indígena (Magalhães, 2006).

O processo de imortalização de pessoas ilustres na instituição foi analisado no livro já mencionado, *A fabricação do Imortal*, bem como a doação, feita ao MHN em 1936, de objetos pessoais e da coleção particular do político Miguel Calmon por sua viúva, Alice da Porciúncula Calmon du Pin e Almeida. Tais objetos, conhecidos como a Coleção Miguel Calmon, representam a maior e mais valiosa doação já recebida pelo MHN. O livro citado apresenta a hipótese de que não houve nada de despretensioso no gesto da viúva: trata-se de uma troca de presentes a partir da qual se imortalizou na história nacional a memória de seu esposo. Ao analisar os objetos doados, a pesquisa identificou uma cuidadosa seleção, que visou à construção da imagem de Miguel Calmon como um homem público, cuja vida foi dedicada à nação. De fato, as elites nacionais das primeiras décadas do século XX encontraram no MHN um local adequado para perpetuar e atualizar seu prestígio, doando objetos pessoais e de coleção como forma de consagração histórica (Abreu, 1996).

Dezoito anos após a inauguração do MHN, em 1940, foi criado o Museu Imperial de Petrópolis (MIP), durante as comemorações do 119.º do aniversário da Independência do Brasil, com o objetivo de recolher, ordenar e expor objetos de valor histórico e artístico referentes a fatos e vultos dos reinados de D. Pedro I e D. Pedro II. A decisão de criar o museu coube a Getúlio Vargas e ao ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema, e enquadra-se no projeto estadonovista de construção de uma identidade nacional sob a perspectiva de uma história baseada em feitos de homens públicos e com conotações heroicas. O MIP foi criado no mesmo período de outros três grandes museus, o das Missões, no Rio Grande do Sul; o do Ouro, em Sabará, e o da Inconfidência, em

Ouro Preto, ambos no estado de Minas Gerais. Além desses museus, destacam-se, nesse mesmo período, a criação do Instituto Nacional do Livro e do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). É notável a relação íntima entre cultura e política nesse momento em que o Estado se colocava como ordenador da vida cultural do país, articulando memória e tradição, lado a lado na construção de uma narrativa nacional.

A proposta de criação do MIP revela a ênfase que se dá a um novo tipo de história. Ao optar por enaltecer a vida de um homem — no caso Pedro II — o projeto estadonovista pretendia estabelecer um tipo de continuidade entre Vargas e o imperador: os dois mitos eleitos pela nação e pela história. Pedro Calmon, influente historiador do período, ao referir-se à criação do MIP frisa a dívida de gratidão “amortizada” pelos brasileiros: “...um museu que faz ressurgir o imperador [que] está vivo no museu, na sua mansão feliz e bela” (apud Heizer, 1994, p. 21).

Alcindo Sodré, historiador, idealizador e primeiro diretor do MIP, afirmava que a casa de verão do imperador em Petrópolis — transformada em museu — tinha uma significação evocativa: moralidade e ilustração. Sodré desejava um museu que fizesse o visitante assistir a um passado irretocável. Ou seja, mais do que despertar a curiosidade, para ele, o museu deveria educar por meio de uma história permeada de exemplos. Assim, o MIP afirmava o lugar de uma família “eleita”, atualizava o tempo da monarquia; o tempo do Rei Filósofo, o tempo de alguns, um tempo que se quer lembrar. Sua proposta apoiou-se na ideia de que bastaria o contato com a casa de verão e os objetos do imperador e de sua família — uma prática social muito próxima ao culto das relíquias — para que o tempo de Pedro II, o “herói discreto”, o

“iluminado”, o “pai de família”, fosse revisitado. A construção da imagem de um imperador viabilizador da unidade nacional e de um chefe de Estado “amigo do povo” interessava à construção do mito Vargas: um presidente pai de família (Heizer, 1994).

Fica assim evidente uma tendência à valorização do período imperial que se manteve e se estendeu até os anos 1950. Os historiadores que se dedicaram aos acontecimentos e às realizações dos considerados grandes personagens do Império, como também do avanço da civilização naquele momento, compunham uma historiografia tradicional que produziu uma visão positiva do século XIX e estimulou uma nostalgia imperial (Salles, 1996).

Tais reflexões ampliam o universo de pesquisa e não se limitam aos museus identificados tradicionalmente como históricos, mas estão relacionadas, especialmente, às pesquisas situadas no campo da história das coleções, que buscam se distanciar de afirmações que consideram como matriz os modelos consolidados europeus e norte-americanos, como chamou a atenção Irina Podgorny & Maria Margaret Lopes (2008). Ao analisarem museus de história natural na Argentina, as autoras buscaram refletir sobre a formação de suas coleções, associadas a experiências locais e a contextos globais, as práticas de campo e suas representações, reafirmando que as coleções são permeadas de uma história indissociável das políticas coloniais, imperialistas. Não perder de vista as experiências locais na criação dos museus e na escolha do que conservar e expor na formação das coleções que levam a marca de seu tempo pode ser um caminho possível.

POR UMA CURADORIA DA VIDA

Museus de história, como o Museu Histórico Nacional, o Museu da República e o Museu Imperial exerceram, durante décadas, práticas curatoriais que construíram visões do passado colonial e imperial. Nesse processo, indígenas, populares, negros, escravizados, mulheres, homossexuais, entre outros segmentos foram excluídos, invisibilizados, menosprezados e inferiorizados em suas narrativas museais.

Não é exagero afirmar que, nas últimas décadas, assistimos ao desenvolvimento de práticas curatoriais em consonância com a crítica decolonial (Quijano, 2005; Mignolo, 2005).

[...] a descolonização do pensamento museológico significa a revisão das gramáticas museais, propiciando que patrimônios e museus possam ser disputados por um maior número de atores, materializando os sujeitos subalternizados no bojo de um fluxo cultural intenso que leve à composição de novos regimes de valor, a partir da denúncia dos regimes de colonialidade imperantes (Brunlon, 2020, p. 5).

O MHN vem realizando ações a fim de mobilizar diferentes setores da comunidade civil organizada para estimular o colecionismo e formar novas coleções para o seu acervo, de forma colaborativa. Para tanto, durante a gestão do historiador Paulo Knauss (2015 a 2020), a instituição organizou rodas de conversa com integrantes de movimentos sociais e segmentos historicamente excluídos da narrativa da instituição, com o intuito de conhecer

as memórias que valorizam e incentivam a doação de objetos que lhes correspondam. Isso ocorreu com integrantes de movimentos feministas em 2017, gerando a aquisição de objetos representativos das lutas das mulheres na década de 1970, e com o movimento negro desde 2018, criando condições para novas leituras do acervo do MHN relativo à história da diáspora africana no Brasil. Entre essas ações, destaca-se a doação, articulada entre o corpo técnico do MHN e representantes do Museu das Remoções, de objetos que são fragmentos das casas dos moradores da Vila Autódromo, como bomba d'água, gradis e placas, que viram a destruição de sua comunidade pela Prefeitura do Rio de Janeiro, no contexto das obras para a realização da Olimpíada, em 2016, em um típico caso de gentrificação da cidade (Knauss, Magalhães & Bezerra, 2019).

A primeira roda de conversa organizada com representantes do movimento negro, contou com a participação dos professores Amauri Mendes, Alexandre Ribeiro, Asfilóbio de Oliveira Filho (Filó) e José Carlos Felix, e foi realizada no dia 25 de maio de 2018, dando início ao grupo de trabalho que se dedicou à análise do acervo do museu relativo à história das negras e dos negros, coordenado pelo Núcleo de Pesquisa do MHN. Destaca-se no grupo de trabalho a participação de Tat'Etú Lengulukenu, sacerdote do terreiro Inzo Unsaba Ria Inkosse, em Paraíba do Sul, Rio de Janeiro. Tat'Etú teve importante participação no estudo e no tratamento de uma coleção de objetos sagrados do candomblé, adquirida em 1999, em conformidade com a política de aquisição do MHN formulada em 1992, com foco na ampliação da representação da diversidade religiosa. Trata-se de 40 objetos, entre os quais, itens que constituem os assentamentos

de Oxum, Iemanjá, Ogum e Obaluaê. Foram doados pela própria devota que os possuía, Zaira Trindade, uma vez que o terreiro, situado na Vila Vintém, comunidade localizada entre os bairros de Realengo e Padre Miguel, no Rio de Janeiro, estava encerrando suas atividades religiosas.

À época da doação, um técnico do museu — o museólogo Juarez Guerra — foi ao local selecionar as peças, porém, por não ser iniciado na religião, tampouco conhecê-la como estudioso, baseou suas escolhas em critérios técnicos e materiais — acertadamente, pois assim conseguiu garantir a ida dos objetos para o MHN. No entanto, pode-se dizer que esse processo de musealização não foi pleno, uma vez que não foram realizados de forma satisfatória os procedimentos técnicos de registro de informações do conjunto. Soma-se a isso o fato de a coleção ter permanecido por quase 20 anos na reserva técnica do MHN, sem nunca ter sido exposta nas galerias do museu.

No âmbito do grupo de trabalho, em 2018, a equipe do MHN organizou uma série de visitas de Tat’Etu ao museu para orientá-la na revisão da identificação das peças e dar a esses objetos um tratamento museológico em harmonia e respeito aos fundamentos da religião. O que estava em jogo era indicar possibilidades e impossibilidades de tratamento e exposição da coleção, uma vez que, em se constituindo de assentamentos de orixás, deveriam ter sido destruídos ao serem encerradas as atividades do terreiro ou diante da morte da Ialorixá, segundo os preceitos do candomblé. O acervo foi preparado no espaço da Reserva Técnica do MHN para as visitas do Babalorixá que identificou a relação das peças com a liturgia do candomblé, os respectivos orixás aos quais os assentamentos se relacionavam e os elementos materiais que deveriam ser preservados na conservação preventiva. Importante

frisar que, segundo o Babalorixá, o sagrado ainda se faz presente nos objetos, o que não impede sua exposição, uma vez que estaria “adormecido” e a própria doadora, com o ato de transferir para o museu a responsabilidade sobre os objetos, teria tornado possível transformá-los em acervo museológico. Todos esses procedimentos têm sido documentados e inseridos nos dossiês de musealização dos objetos. O projeto de exposição dos objetos do sagrado, no módulo de exposição de longa duração do MHN relativo à construção da cidadania no período republicano, foi elaborado por uma curadoria compartilhada, liderada pelo próprio Babalorixá Tat’Etu (Knauss, Magalhães & Bezerra, 2019).

No ano de seu centenário, em 2022, a instituição teve como mote o tema *Conexões, escutas e outras histórias* e realizou a exposição “Brasil decolonial: outras histórias” que consiste em 17 intervenções no circuito expositivo do MHN, com a intenção de abrir novas possibilidades de leitura da história nacional, a partir da perspectiva decolonial, sobre temas e objetos relativos à diáspora africana na história do Brasil. A ação está integrada ao projeto de pesquisa *Echoes*, financiado pela União Europeia, que debate o patrimônio colonial europeu existente tanto na Europa quanto em outros continentes.¹

Outro exemplo que vem produzindo novas “gramáticas museais” é a experiência do acervo “Nosso Sagrado”, recentemente incorporada às coleções do Museu da República. (Possidonio & Versiani, 2022). Os objetos da coleção

¹ MHN reabre galerias do circuito expositivo que contam a história do Brasil | Museu Histórico Nacional. Disponível em: <<https://mhn.museus.gov.br/index.php/mhn-reabre-galerias-do-circuito-expositivo-que-contam-a-historia-do-brasil/>>. Acesso em: 22 de set. 2022.

são fruto de apreensões policiais em espaços da religiosidade afro-brasileira na cidade do Rio de Janeiro durante o final dos anos 1900 até meados dos anos 1940. Durante as incursões policiais, mães e pais de santo foram presos e denunciados como charlatães e curandeiros, entre outros adjetivos que serviram como subterfúgio para desacreditar e criminalizar as práticas religiosas de origem africana.

Os objetos foram confiscados como “prova de crime” e tais apreensões encontravam apoio legal no Código Penal de 1890, que previa a criminalização do espiritismo, da magia, do fetichismo, e da prática ilegal da medicina. Em 5 de maio de 1938, o conjunto de objetos foi tombado pelo SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), sendo nomeado de “Coleção Magia Negra”. Foi a primeira coleção de caráter etnográfico tombada pelo órgão.

Em 1945, os objetos foram incorporados ao recém-criado Museu do Departamento Federal de Segurança Pública, o atual Museu da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro. Parte dos objetos foram então expostos ao lado de vários outros de natureza criminal, apreendidos pela polícia, como bandeiras nazistas, armas de fogo e documentos falsos. Em 1989, um incêndio atingiu a instituição e a coleção foi encaixotada. Estima-se que cerca de 40 objetos foram perdidos.

O Povo de Santo sempre exigiu a remoção da coleção “das mãos da polícia”, já que sempre teve a certeza de que a ação dos confiscos expressava o racismo legalizado nas primeiras décadas da República. Em 2017, a mãe de santo, Mãe Meninazinha de Oxum, conseguiu mobilizar não só a comunidade de Santo, mas também a comunidade política, autoridades, pesquisadores, artistas, com o lançamento da campanha *Liberte Nosso Sagrado*. No mesmo ano, um pedido de retirada da coleção do Museu

da Polícia foi submetido ao Ministério Público Federal. Várias ações foram delineadas e a campanha recebeu grande visibilidade. Em 2018, o diretor do Museu da República, o museólogo Mário Chagas, foi questionado por Mãe Meninazinha de Oxum sobre a possibilidade de transferir a coleção para o Museu da República. A proposta foi aceita e duas condições foram acordadas. A primeira era o reconhecimento de que o Museu da República não estava a fazer nenhum favor em receber a coleção, ato que deveria ser compreendido como justiça e reparação. A segunda condição imperativa envolvia a gestão partilhada da coleção, o que deu origem a um grupo de trabalho formado por mães e pais de santo (Possidonio & Versiani, 2022).

Em 21 de setembro de 2020, ocorreu a transferência da coleção “Nosso Sagrado” para o Museu da República. Sua gestão estava afinada com as diretrizes determinadas pelo grupo de santo em torno dos parâmetros que deveriam envolver o transporte, a embalagem e desembalagem de objetos, levando em consideração o respeito pela sua dimensão sagrada, cujas referências culturais os ligam ao conhecimento moldado pela experiência religiosa e pela tradição da oralidade, demandando, portanto, novas metodologias e gramáticas museais (Possidonio & Versiani, 2022).

Ao olharmos para a trajetória dos museus influenciados pelo modelo republicano instaurado a partir da Revolução Francesa, percebe-se que se trata de um desenvolvimento harmônico com a própria ideia republicana de museu como instituição formadora de cidadãos. Trata-se de uma “retórica de exibição” (Bann, 1994) forjada para “formar as almas”, citando aqui a feliz expressão utilizada por José Murilo de Carvalho para descrever a

constituição simbólica dos ideais republicanos pelas elites políticas do final século XIX e primeiras décadas do século XX (Carvalho, 1995). Atualizar essa visão de museu como instituição republicana nos dias de hoje implica pensar a instituição não como espaço para a celebração dos mortos ilustres do passado, e sim como local de reflexão crítica sobre a própria história nacional, seus problemas, exclusões e sobre quais passados nacionais se quer lembrar — e como — para a construção de um presente mais inclusivo e menos opressor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O retorno ao Brasil do coração de D. Pedro I para as comemorações dos 200 anos da Independência pode ser visto como mais um movimento de funcionalizar os mortos em benefício dos vivos. Mas quais vivos se beneficiam no Brasil de 2022 com a presença de uma relíquia como o coração de um rei? Ao funcionalizar o coração de D. Pedro I no ano em que o Brasil celebra o bicentenário de sua emancipação política, o governo de Jair Bolsonaro reafirma seu compromisso com a colonialidade, não apenas por utilizar os restos mortais do imperador para seu projeto de poder, mas também por reafirmar valores de origem colonial (o que é mais colonial que um trono português na América?) que constroem cotidianamente um dos países com maior concentração de renda e desigualdades racial, de gênero e social do mundo. Nesse sentido, o movimento de trazer o coração de D. Pedro I ao Brasil, embora não esteja exposto em um museu de história, significa um movimento na contramão de posturas progressivas e democráticas, uma vez que coloca em pauta

práticas de consagração de determinada memória do poder, pelo culto dos seus mortos ilustres, singularizados por categorias excludentes como raça, classe e origem sanguínea.

A Mesa-Redonda de Santiago do Chile deve ser aqui evidenciada não somente como inspiração nas análises sobre uma visão crítica dos acervos expostos em museus. É preciso afirmarmos a arbitrariedade das escolhas, afinal sabemos que os museus de história no Brasil, por meio de suas exposições, procuram recuperar da história não apenas sua função de mestra da vida, mas também sua faceta como controladora do tempo, um futuro orientado pela tradição (Heizer, 1994).

Ao final da elaboração do presente capítulo tivemos contato com a então recém-inaugurada exposição *Um Defeito de Cor* realizada no Museu do Museu de Arte do Rio de Janeiro (MAR), que tomou como inspiração o livro da escritora mineira Ana Maria Gonçalves. Logo na abertura da exposição, o visitante se depara com o seguinte texto explicativo: *Defeito de cor. Conceito comum no século XIX, época em que se configurava a racialidade nas questões positivistas, como se pessoas racializadas, negras e indígenas, pudessem ter na sua constituição biológica algo que fosse um defeito, como pouca inteligência, capacidade, humanidade.* Em tempos de comemorações, trata-se de mais uma iniciativa importante e que não nos deixa esquecer encaminhamentos relevantes da Mesa-Redonda de Santiago do Chile, há 50 anos.

REFERÊNCIAS

- ABREU, R. *A fabricação do imortal. Memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: ROCCO/LAPA, 1996.
- BANN, S. *As invenções da História. Ensaio sobre a representação do passado*. São Paulo: Unesp, 1994.
- BENJAMIN, W. A obra de arte na era de sua reproduzibilidade técnica. In: BENJAMIN, W. *Obras escolhidas I*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BEZERRA, R. Z. *A invenção das relíquias. Dispositivos de autoridade e musealização de objetos no Museu Histórico Nacional (1922-2012)*. Doutorado em História Social – Programa de Pós-Graduação em História Social, UFRJ, Rio de Janeiro, 2014.
- BREFFÉ, A. C. F. História nacional em São Paulo: o Museu Paulista em 1922. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, [S. l.], vol. 10, n.º 1, pp. 79-103, 2003. DOI: 10.1590/S0101-47142003000100006. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5382>>. Acesso em: 16 jan. 2023.
- BRULON, B. Descolonizar o pensamento museológico: reintegrando a matéria para re-pensar os museus. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material [on-line]*, 2020, vol. 28. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-02672020v28e1>>. Epub 17. Jan. 2020. ISSN 1982-0267. Acesso em: 28 set. 2022, e1.
- BRUNO, M. C. O. Definição de curadoria: os caminhos do enquadramento, tratamento e extroversão da herança patrimonial. *Caderno de diretrizes museológicas 2*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura, Superintendência de Museus, 2008.

- CARVALHO, J. M. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. 2.^a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- CARVALHO, V. C. de; MARINS, P. C. G. & LIMA, S. F. de. Curadoria em museus de história. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, [S. l.], vol. 29, pp. 1-24, 2021. DOI: 10.1590/1982-02672021v29e40. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/189321>>. Acesso em: 16 jan. 2023.
- CHAGAS, M. *A imaginação museal. Museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: MinC/IBRAM, 2009.
- COSTA, C. M. *Uma arca das tradições: educar e comemorar no Museu Mariano Procópio*. Doutorado em História, Política e Bens Culturais – FGV - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2011.
- HEIZER, A. *Uma casa exemplar. Pedagogia, memória e identidade no Museu Imperial*. Rio de Janeiro. Mestrado, Departamento de Educação/PUC-Rio, 1994.
- KNAUSS, P.; MAGALHÃES, A. M. & BEZERRA, R. Z. Trabalho colaborativo em museus: notas sobre o Museu Histórico Nacional. In: Costa, A. F.; Rangel, A. M.; Castro, F.; Henze, I. A. M.; Valente, M. E & Soares, O. J. de. (orgs.). *A colaboração entre museus: ações educativas, pesquisa e produção de conhecimento*. Rio de Janeiro: Museus Castro Maya, 2019.
- KOSELLECK, R. *Futuro passado. Contribuições à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.
- KOSELLECK, R. Monumentos a los caídos como lugares de fundación de la identidad de los supervivientes. In: KOSELLECK, R. *Modernidad, culto a la muerte y memoria nacional*. Madri: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2011, pp. 65-101.

- LOUREIRO, J. M. M. Esboço acerca da documentação museológica. *Mast Colloquia, Documentação em museus*, vol. 10. Rio de Janeiro: MAST, 2008.
- MAGALHÃES, A. M. *Culto da saudade na Casa do Brasil. Gustavo Barroso e o Museu Histórico Nacional*. Ceará: Museu do Ceará, 2006.
- MIGNOLO, W. D. *La idea de américa latina: la herida colonial y la opción decolonial*. Barcelona: Gedisa, 2005.
- MONTECHIARE, R. Pessoas mortas vivendo em museus: os 'objetos-humanos' do Museo Nacional de Antropología, de Madrid. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas* [on-line], 2020, vol. 15, n.º 1, e20190056. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2019-0056>>. Epub 22. Abr. 2020. ISSN 2178-2547. Acesso em: 12 jan. 2023.
- PODGORNY, I. & LOPES, M. M. *El desierto en una vitrina: Museos e historia natural en la Argentina, 1810-1890*. México: Limusa, 2008.
- POSSIDONIO, E. & VERSIANI, M. H. Nosso Sagrado Collection: Paths of Research. *The IJournal: Student Journal of the Faculty of Information*, Toronto, Canada, vol. 7(3), 2022, pp. 8-22.
- POULOT, D. *Museu e museologia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- QUEIROZ, M. S. *Museu, memória e morte: um estudo a partir da coleção de quadros de cabelos da Fundação Instituto Feminino da Bahia*. Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, Universidade Federal da Bahia, 2004.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005, pp. 107-30.

- SÁ, I. C. *Matrizes do pensamento museológico de Gustavo Barroso*. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2019.
- SALLES, R. *Nostalgia Imperial. A Formação da Identidade Nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.
- SCHEINER, T. C. M. O museu como processo. *Caderno de diretrizes museológicas 2*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura, Superintendência de Museus, 2008.